

**T6: Como explicar a emergência da agricultura familiar no Brasil?**

Por Armando R.F.B e Azevedo

O histórico das ações coletivas e da organização dos trabalhadores rurais é focalizado por Leonilde Medeiros (2002) para discutir a emergência da categoria agricultura familiar no Brasil. Em sua análise, a categoria de “trabalhador rural” é chave, uma vez que compreende uma representação político-social ampla dos homens do campo.

Sob a bandeira de defesa do trabalhador rural, houve grande efervescência de lutas no espaço político do campo, sobretudo a partir dos anos 50. Esta resistência diz especialmente respeito às ameaças de expulsão da terra. Neste período, os termos “lavradores”, “trabalhadores agrícolas” e camponeses (em razão das Ligas Camponesas em particular) eram utilizadas.

Cada uma destas denominação representa sinais de tentativas de organização e agrupamento político dos trabalhadores rurais. O Partido Comunista Brasileiro, as Ligas Camponesas, a Igreja Católica e mesmo o Estado participam de disputas em período no qual há intensa formação de sindicatos de trabalhadores rurais. É neste contexto de articulações políticas que nasce, em 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), situada no topo da hierarquia das organizações sindicais dos trabalhadores rurais. Logo após sua fundação, houve o golpe militar, mas a CONTAG manteve sua atuação nestes cerca de 20 anos, voltada sobretudo para um assistencialismo médico-odontológico e não propriamente para a representação política dos trabalhadores rurais.

No final dos anos 1970, emergem críticas à prática sindical da CONTAG, nada mobilizadora da base para realizar pressão junto ao poder e muito ineficaz. Tais críticas se reforçam nos anos 1980. A abertura democrática favorece então a criação de novas organizações de representações dos trabalhadores rurais, como no seio da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1984, é fundado o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que se torna rapidamente o mais importante porta-voz das demandas por reforma agrária.

Com este movimento, as pressões sobre o poder público aumentam sensivelmente, o que permite a implantação de muitos assentamentos, mesmo que em número muito menor do que o previsto no 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República. A implantação de um assentamento tem o desafio de realizar uma transição entre “sem terra” e “assentado”, fomentando a realização de atividade produtiva pelas famílias assentadas. Muitos dos sem terra são pequenos produtores marginalizados pela modernização da agricultura, em situação de precariedade em razão da perda de suas propriedades.

O MST se torna um ator incontornável nas disputas políticas das décadas seguintes. A própria CONTAG se inspirará em suas práticas para renovar sua ação, por exemplo com a grande manifestação anual do Grito da Terra. Neste quadro, a CONTAG direcionará seus

esforços para a construção de um projeto de desenvolvimento rural alternativo sob o protagonismo da “agricultura familiar”. De fato, a confederação deixa de mobilizar o termo pequena produção e passa a privilegiar a defesa da “agricultura familiar”, o que explica em parte a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Com este programa, pautas sindicais emergem ou ganham maior importância, como aquelas relativas às questões de gênero (ligada aos direitos das mulheres) e de geração, com a crescente preocupação com a permanência da juventude no campo. De fato, nos últimos anos, o abandono do campo por parte dos jovens é cada vez maior (ABRAMOVAY et al, 1999). A aposentadoria do trabalhador rural constitui também uma pauta importante e recorrente. Muitas vezes, a aposentadoria fornece uma renda mensal fixa para a família rural, atenuando dificuldades sazonais e frequentemente sendo fonte de financiamento para a atividade agrícola.

A Constituição de 1988 prevê maior descentralização política. Neste sentido, ocorreram esforços para levar muitas decisões públicas para o nível local, com maior participação dos agricultores familiares. Os conselhos municipais de desenvolvimento rural são bem representativos deste processo fundado no desejo de transferência de decisões sobre uso dos recursos públicos para o nível municipal com participação social, o que ocorre no âmbito do PRONAF (MORUZZI MARQUES, 2004).

Enfim, o apoio à agricultura familiar e à reforma agrária promove uma dinamização de muitas localidades. A estabilização dos agricultores familiares e assentados permite fomentar a produção e o comércio local de bens e serviços.

#### Referências:

ABRAMOVAY, Ricardo & CAMARANO, Ana Maria (1999), “Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos”, *Textos para Discussão* Brasília: IPEA.

MEDEIROS, Leonilde (2002), “‘Sem Terra’, ‘assentados’ e ‘agricultores familiares’: considerações sobre conflitos sociais e a organização dos trabalhadores brasileiros”. *Una nueva ruralidad em América Latina?* Buenos Aires: Clacso, pp.103-128.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2004), “Participação e PRONAF: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. In: Sérgio Schneider; Paulo Eduardo Moruzzi Marques & Marcelo Kunrath Silva. *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.